

À TAL&QUAL

ISABEL NERY

Era o meu primeiro emprego como jornalista. Era a minha primeira reunião de redação. Era a minha primeira sugestão de reportagem. Tornou-se a minha primeira capa.

Tinha ouvido uma história sobre o rapto de menores pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e sugeri que havia ali assunto (jornalístico). Lembro-me do entusiasmo do diretor, Rocha Vieira, assim o tratava, e do olhar desconfiado da restante redação. Não lhes levei a mal. Eu própria desconfiava de um escândalo assim entregue à minha inexperiência. Mas a história era não só verídica, como afetava várias famílias. Uma delas, a do pai que viria a denunciar o caso na primeira página do jornal, passou pelo desnorte de ver uma filha de 13 anos desaparecida durante nove dias. Tinha sido levada por membros daquela igreja sem que os pais fossem informados. Apesar de ser pouco mais do que uma criança.

Na edição que chegou às bancas a 3 de novembro de 1995 publicou-se na capa: “Jovens desaparecidos de casa dos pais refugiaram-se na Igreja Universal do Reino de Deus. E só por milagre as famílias os encontraram”.

Esse e um outro artigo sobre a mesma igreja viriam a significar dois processos contra mim e contra o jornal. Ainda nem um ano de profissão e já tinha de me defender perante um juiz. Não me lembro de ter sentido medo. E não é porque fosse louca ou inconsciente. Simplesmente, era para isso que me tinha decidido pelo jornalismo em vez da carreira diplomática. Para denunciar injustiças, ficar do

lado dos mais fracos, dos que não têm voz. Ser um incómodo para os grandes. Em nome dos pequenos.

Mais importante: o primeiro jornal onde trabalhei estava comigo. Ensinou-me que podia – e devia – continuar a ver o jornalismo dessa forma. Havia processos contra mim, mas tinha a redação comigo, a direção comigo, os advogados comigo.

Passados mais de vinte anos, os defensores legais dos jornais vivem agora mais preocupados em ajudar os jornalistas a evitar processos do que a ganhá-los em tribunal. E isso muda tudo.

Bem sei que muita coisa aconteceu de então para cá. Mas não foi só a internet e a globalização. Foi o desequilíbrio dos poderes. Os “senhores do mal” têm agora tanto mando e dinheiro que podem muito bem fazer falir um órgão de comunicação com uma simples ação judicial. Muitas vezes, os jornalistas já não servem os mais fracos – e perderam a opinião pública. Estou, aliás, convencida de que isso justifica boa parte da crise pantanosa a que chegou o jornalismo. Para usar um anglicismo, talvez tivéssemos a ganhar com um *back to basics*. Voltar às bases, quer dizer, aos leitores. É deles – e só deles – que precisamos. O resto virá por acréscimo.

Mas, voltando aos meus primeiros passos no semanário *Tal&Qual* e no jornalismo (antes tinha feito um estágio na RTP e outro na SIC, além de uma passagem relâmpago pelo *Diário Económico*), lembro-me do orgulho que era ser irreverente, contra corrente. “Hay gobierno? Soy contra!”, dizia-se amiúde naquela redação. O tom era de brincadeira, mas as intenções sérias. Éramos independentes. Os poderosos não nos metiam medo. Quando muito, curiosidade.

A redação ficava num edifício habitacional da Rua Rodrigo da Fonseca, zona central de Lisboa. Podia ser a casa de alguém, não fosse o cheiro a papel de jornal e a tabaco, quase repugnante nas manhãs que sucediam mais o completar de uma edição. Talvez envolvido na adrenalina que sempre ali pairava, o fedor agigantava-se nas madrugadas de fechos tensos, a dedilhar e a discutir. Sim, discutia-se muito. E gritava-se mais ainda. Não posso dizer que gostasse dessa parte (a dos gritos). Mas gostava do que significava. Que não tínhamos de estar de acordo para sermos

bons camaradas e bons jornalistas. Do desacordo saía uma melhor edição para os leitores.

Eu sentava-me na primeira sala, com outros quatro ou cinco repórteres. Era uma redação masculina, a quem expressões como “igualdade de género” provocavam risadinhas de escárnio. Enquanto lá trabalhei, além de mim, havia apenas mais uma jornalista mulher. Todos os outros eram homens.

Ao fundo do corredor, a área que antes seria de uma cozinha tinha dado lugar ao arquivo fotográfico, um mundo de gavetas, datas e números de catalogação onde só os mais experientes sabiam movimentar-se. No outro extremo, junto à entrada, ficava a salinha onde recebíamos os leitores que batiam à porta com histórias para nos contar. É verdade, recebíamos os leitores pessoalmente. E tínhamos uma divisão da casa-escritório só para eles. Ouvíamos o que tinham a dizer. Queríamos que o jornal – os jornalistas – os refletissem. Os abusos das seguradoras, o mau funcionamento das escolas, os despedimentos injustos, as suspeitas de trabalho infantil, as burlas. O jornal existia para apontar o dedo ao que estava mal e os leitores contavam connosco para isso – para fazer um mundo melhor.

Talvez os cínicos esgaravatem aqui algum romantismo. Admito até que o correr dos anos tenha peneirado erros cometidos. É um poder que o tempo tem. Mas a verdade é que esse (talvez) romantismo fazia de nós melhores repórteres.

Uma das especificidades do *Tal&Qual* era o incentivo ao olhar único sobre o que nos rodeava. Ou tínhamos um exclusivo ou tornávamos as histórias banais – como as burlas dos taxistas aos clientes no aeroporto ou as esmolas pedidas à porta da Assembleia da República – em histórias exclusivas. Porque eram só nossas. Mais ninguém ia contá-las daquela maneira.

Apenas nós trabalhávamos no *Tal&Qual*, mas todas as redações do país podiam fazer reportagens “à *Tal&Qual*”. Era qualquer coisa como «uma marca», caso os senhores dos marketings modernos fossem para aqui chamados.

Ao contrário do que se possa pensar, o facto de sermos irreverentes – diria mesmo, irritantes – não nos tornava levianos. Antes

pelo contrário. Qualquer acusação tinha de ser escrupulosamente justificada. Era preciso ouvir fontes, tanto as que corroboravam a nossa história como as que a contestavam. Garantir o contraditório. Apresentar provas do que escrevíamos. As fontes confiavam em nós e nós confiávamos nas fontes. E se os visados não gostassem do que liam, víamo-nos em tribunal. Sem dramas nem prenúncios de morte. Cada qual no seu papel.

Da mesma maneira, era preciso denunciar uma igreja que prometia emprego e casa a menores desde que abandonassem as suas famílias e se tornassem obreiros da pretensa causa divina, ainda que transbordante de contrapartidas terrenas.

E foi assim que terminei os meus dois anos de jornalismo no *Tal&Qual* (antes de seguir para o 24horas e depois para a *Visão*), com três processos em tribunal: os dois já referidos da IURD e outro de um pantomineiro que enganava a Segurança Social, roubando reformas a velhos incautos, e me processou quando se viu exposto nas páginas do jornal. É importante dizer que ganhei todos os casos. Um deles, o do burlão da Segurança Social, até com direito a louvor da juíza por entender que tinha cumprido com a minha obrigação de escrutínio enquanto jornalista.

Não sei se hoje teria a mesma “sorte”. Sei que estes processos judiciais são das melhores memórias que guardo dos meus verdes anos no jornalismo. Sei que me moldaram. Fizeram-me melhor. Melhor jornalista. Melhor servidora do bem público que é o jornalismo.